



ESTADO DA PARAIBA
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO

ATA DA 18ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC		
Local: Sala de reunião PGE	Data: 29/09/2023	Hora: 09h30 às 11h30
Elaborada por: Rafaella Teixeira		
Pauta: <ul style="list-style-type: none">- Eleição: Vice Presidente- Apresentação Portal da Transparência- Apresentação Ranking Transparência- Outros assuntos.		
Documentos de Referência: Decreto nº 36.303/2015 Ato Governamental 2.527/22Ato Governamental 1.471/23		

PARTICIPANTES			
Nome	Órgão	E-mail	
José Gomes	ALPB	adv.josegomesneto@gmail.com	
Letácio Guedes	CGE	letaciojr@cge.pb.gov.br	
Sebastião Santos	CUT	tiaosantosmp1313@gmail.com	
Eduardo de Freitas	MPPB	eduardo.torres@mppb.mp.br	
Émerson de Almeida	OAB	emerson@fernandesdecarvalho.av.br	
André Motta	OGE	andremottaalmeida@gmail.com	
Paulo Márcio	PGE	paulomsmadruga@pgr.pb.gov.br	
Jacqueline Gusmão	SEAD	jacquelinefdegusmao@gmail.com	
Francisco Petrônio	SEPLAG	petroniorolim@seplag.pb.gov.br	
Waldir Porfírio	SPG	waldirporfitorio@gmail.com	

AUSENTES		
Nome	Órgão	E-mail
Laís Dantas de Araújo	SEPLAG	
Edivan Rodrigues	TJPB	
Carlos Antônio	TJPB	
Lúcio Landim	PGE	
Luzenira Linhares	CUT	
Larissa Bonates	OAB	
Breno Wanderley	CGE	
Christiane Mariz	FOCCO	
Walber Alexandre	FOCCO	
Marcos Aurélio	OGE	
Isabella Gondim	SEAD	
Ednaldo Joaquim	GABGOV	

DETALHAMENTO DA REUNIÃO
1) A 18ª reunião do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção – CTPCC iniciou com presidente prestando homenagem ao vice presidente Guilherme de Castro, que faleceu

recentemente. O presidente, em nome do Conselho, prestou uma homenagem ao companheiro de trabalho de José Neto, se referindo a Guilherme como uma pessoa unânime, jovem brilhante, de inteligência incomum, que infelizmente em plena juventude partiu por conta de uma tragédia.

- 2) O conselheiro José Gomes agradeceu a homenagem falando da amizade que tem com Guilherme, compartilhando com os conselheiros que Guilherme ficou muito satisfeito quando foi convidado a fazer parte do CTPCC e ainda mais em estar como vice-presidente do Conselho. Em seguida, o presidente Waldir sugeriu aos conselheiros nomear José Neto como vice-presidente do CTPCC, uma maneira de homenagear Guilherme, amigo e colega de trabalho na ALPB. Por unanimidade, os conselheiros concordaram com a sugestão elegendo José Neto como vice presidente do CTPCC.
- 3) Dando sequência a pauta, o segundo ponto abordou a apresentação do Portal da Transparência do Estado – a apresentação foi realizada pelo Secretário Chefe da Controladoria Geral do Estado acompanhado da Auditora de Contas Públicas, Carine Martins. Apresentando os avanços realizados desde a criação do Portal, informando os dados dispostos como também destacando que algumas informações que estão disponíveis foram provocadas por instituições avaliativas, que realizam rankings de transparência em nível nacional, como a CGU, o TCE e Transparência Brasil.
- 4) No primeiro momento foi apresentado as informações ativas no Portal: informações relativas a Receitas, Despesas, Convênios, Compras, Licitações, Contratos, Orçamentos, Ementas parlamentares e Pessoal, com dados da folha dos servidores, que atualmente remete para o Sagres.
- 5) Na oportunidade, o conselheiro Letácio informou aos demais que já está em desenvolvimento o novo sistema de folha de pessoal a ser disponibilizado pelo Governo do Estado, no Portal da Transparência, deixando de disponibilizar as informações do Sagres/TCE. A conselheira Jacqueline destacou que as informações que constam no Sagres são repassadas mensalmente ao TCE e o Estado apenas replica o caminho para a plataforma, com a nova solução de folha desenvolvida, as informações serão fornecidas diretamente pelo Governo do Estado.
A folha está passando por revisão nos dados e acredita-se que ainda neste ano seja disponibilizada no Portal.
- 6) O presidente Waldir que tem acompanhado o avanço do portal, por meio do CTPCC, elogiou o trabalho desenvolvido pelo grupo que a cada ano aplica mais soluções e disponibiliza mais informações no espaço. Contudo pontuou que os dados sociais encontram-se desatualizados, como os que se refere ao PIB (último dado ano 2020), frisando que essas informações são muito importantes para o desenvolvimento de políticas públicas e investimentos no Estado.
O conselheiro Petrônio informou que antes estas informações eram disponibilizadas pelo órgão IDEME, o qual foi reduzido a uma Gerência na SEPLAG, e com a aposentadoria de alguns servidores, ocasionou alguns atrasos na entrega de projeções do PIB, mas se prontificou em levar a situação ao órgão a fim de verificar atualização mais recente a ser disponibilizada.
- 7) O conselheiro Letácio compartilhou que recentemente a secretária da SEDH, Polyana Dutra esteve visitando o Governo do Ceará e conheceu um programa que apresenta o mapa do Estado com os indicadores por região, destacando áreas da saúde, educação, como também índice de pobreza e ficou de levar a solução ao Ministério Social com a finalidade de ser replicada nos outros estados. Mas para que isso possa ser realizado no Estado, Letácio destacou que é preciso que todas as bases de dados estejam concentradas nos servidores da Codata a fim que facilite a conexão das informações e o desenvolvimento de soluções.
- 8) No que se refere ao gerenciamento de veículos, Letácio informou que a Paraíba avançou disponibilizando o relatório de uso de aeronaves, utilizada pelo Governador, Vice Governador e

demais autoridades do Governo. Os dados são atualizados mensalmente, conforme modelo da FAB contendo informações de número de passageiros, destino e finalidade. O Portal da Transparência já disponibilizava o gerenciamento de veículos e máquinas do Estado.

9) Referente a Convênios, o conselheiro Letácio destacou que o Governo está desenvolvendo novo sistema de convênios – PBConv, onde concentrará um melhor controle de dados e informações referentes a estes acordos com as prefeituras. E que utilizarão a plataforma de controle/pagamento do Banco do Brasil, BBÁgil, a fim de rastrear as transações bancárias.

10) Após apresentação do Portal foi apresentando as pendências que são exigidas pelas instituições e que até o momento, o Estado não conseguiu disponibilizar. Um dos gargalos estaria no Projeto de Lei de Conflito de Interesses, que foi arquivado na ALPB. O conselheiro Letácio informou que será necessário encaminhar novo pedido ao Governador para reenvio à ALPB.

O presidente Waldir sugeriu que o Conselho tomasse conhecimento do PL, fizesse ponderações e posteriormente enviasse sugestão ao Governador para encaminhar à ALPB. A PL foi disponibilizada no grupo de whatsapp do Conselho.

11) O segundo ponto abordado impacta em uma questão legal, que seria à proteção ao denunciante. Letácio informou que a Transparência Internacional sugere que o denunciante fique acobertado ao realizar denúncia, porém a legislação nacional, no que se refere à Ouvidoria, não permite o recebimento de denúncias anônimas, apenas em caráter sigiloso. O Conselheiro e Ouvidor Geral André Motta, informou que a denuncia anônima não tem como seguir sem identificação no sistema, pois muitas vezes para se analisar a denúncia é preciso de alguns dados. Nesses casos a Ouvidoria recebe a denúncia e ela é encaminhada para conhecimento do órgão competente, sem acompanhamento pelo sistema da Ouvidoria.

O presidente Waldir, sugeriu que o conselheiro André realizasse pesquisa junto a outros estados da federação. Se algum segue diferente a essa orientação, ou se trabalham com essa política de proteção ao denunciante.

12) Na sequência, foram apresentadas algumas exigências quanto à LGPD - o conselheiro Letácio informou que a legislação já está regulamentada no Estado, porém falta regulamentar no que se refere ao encarregado de dados - mas que já está sendo analisado pelo Conselho de Proteção de Dados.

13) Outro ponto também em andamento se refere às notas fiscais eletrônicas. O conselheiro informou que houve avanço por parte das compras públicas, o monitoramento seria realizado pelo empenho e que na autorização de pagamento seria apresentado nota fiscal. O caminho já está traçado é uma questão de tempo para disponibilizar solução no Portal, destacou o conselheiro Letácio.

14) Quanto às informações de obras que as instituições solitam que estejam disponíveis, Letácio pontuou que o estado tem o sistema SIGO - utilizado para cadastrar medição e ter um mínimo acompanhamento das obras e que o TCE PB também dispõe de um sistema, porém o melhor caminho seria o sistema utilizado pelo governo federal 'Obras Gov', o qual contempla medições, e melhor gerenciamento do andamento e do volume de recursos dedicados a cada investimento.

Segundo o conselheiro, a demanda teria que ser provocada pela SEIRHMA, para reformulação de sistema semelhante para que as informações pudessem ser replicadas no Portal da Transparência.

15) Outro item apresentado se refere a solicitação de disponibilização de dados referentes à estrutura organizacional do órgão. Segundo o conselheiro Letácio este ponto aparentemente seria simples de aplicar, juntamente à Secom e a Codata para estruturação padrão das páginas institucionais do governo, facilitando assim a busca para o cidadão ao querer uma informação básica referente a

determinado órgão.

16) Também há exigência de disponibilização de canal de comunicação específico em cada órgão. O presidente Waldir perguntou se a ouvidoria não se encaixaria nesta atribuição, mas o conselheiro Letácio explicou que a solicitação seria mais um espaço de diálogo com o órgão, como por exemplo, um fala conosco, disponibilizando contato telefone/e-mail.

17) Em seguida foi apresentado outro item que o Estado não pontua: disponibilização de informações referentes a relação de seleção de estagiários bem como os concursos que estão em andamento. Quanto aos estagiários, a conselheira Jacqueline informou que cada órgão é responsável pelo processo seletivo bem como o pagamento dos contratados, e que no caso da SEAD o pagamento é realizado pelo SIAF, e sugeriu que fosse criado campo no SIAF que facilitasse essa filtragem na consulta para gerar uma relação. Letácio informou que o ideal seria uma solução sistêmica específica para a situação, tendo em vista que algumas contratações são realizadas em um mesmo empenho. O Conselho ficou de levar a demanda posteriormente a Codata para solicitar solução.

Quanto ao Concurso ficou acordado de se criar espaço específico para esta demanda, além de criar norma obrigatória solicitando comunicar à SEAD quaisquer movimentações referentes a concursos nos órgãos da administração direta e indireta.

18) Outro item se refere à Pesquisa de satisfação dos órgãos. Onde a instituição solicita que haja em cada órgão uma pesquisa de satisfação e que posteriormente essas informações sejam publicizadas em um único espaço, o que o Estado não tem como atender, no momento. Outro ponto se refere a solicitação de informações referentes a relação/tabela de cada categoria/carreira com o salário base - Carine informou que estas informações já foram levantadas e que estão em fase de homologação para ser disponibilizadas no portal -.

19) Por fim, o presidente informou que a reunião, apesar de ter sido extensa, foi extremamente necessária para apresentação do portal e das dificuldades em conseguir atender alguns pontos, e que o Conselho unirá forças para ajudar a crescer, evoluir e melhorar a Transparência, bem como combater a corrupção.

Em seguida, comentou que o decreto federal 11.430/23 - que regulamenta o dispositivo da Lei de Licitações - exige o emprego de mulheres vítimas de violência doméstica, das empresas contratadas para a prestação de serviços à Administração federal. Waldir sugeriu que o grupo avaliasse a possibilidade de trazer para o estado algum decreto com regulamentação semelhante. A legislação federal foi compartilhada no grupo de whatsapp do conselho, que ficou de avaliar posteriormente como aplicar na esfera estadual.

Em seguida, e finalizando a reunião foi agendado próximo encontro do CTPCC para o dia 1º de dezembro de 2023.

PENDÊNCIAS ANTERIORES		
Atividade	Responsável	Data Limite
Não se aplica		
COMPROMISSOS		
Atividade	Responsável	Data Limite
AGENDA DA PRÓXIMA REUNIÃO		
Assunto		Data
Agendada reunião deste Conselho para o dia 01 de dezembro de 2023, das 09h30 às 11h30, na PGE.		01/12
Anexos		

